



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Campo Largo.

VICTOR BINI, Vereador que este subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, vem com o devido acatamento perante Vossa Excelência, a fim de apresentar a **INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI** a ser objeto de apreciação em plenário, o qual *“Dispõe sobre a criação do Programa Municipal Vozes e Corpos da Ancestralidade – Cultura, Resistência e Igualdade Racial, no Município de Campo Largo”*.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir, no âmbito do Município de Campo Largo, o Programa Municipal Vozes e Corpos da Ancestralidade – Cultura, Resistência e Igualdade Racial, voltado à promoção da igualdade racial, do fortalecimento da identidade da mulher negra e da valorização da cultura afro-brasileira como ferramenta de transformação social.

Trata-se de uma proposta fundamentada em princípios constitucionais e em legislações já vigentes, em especial no artigo 5º da Constituição Federal, que assegura a igualdade de todos perante a lei, e no artigo 215, que garante a proteção às manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras. Soma-se a isso o disposto no Estatuto da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010), que orienta políticas públicas de valorização da população negra, combate à discriminação e promoção da inclusão social.

No contexto histórico e social brasileiro, a população negra, em especial as mulheres, enfrenta desigualdades estruturais que se refletem em menores oportunidades de acesso à educação, saúde, emprego e renda, além de maior exposição à violência. Em Campo Largo, não é diferente: muitas comunidades



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

periféricas e quilombolas encontram dificuldades para preservar suas tradições culturais, enfrentar o racismo e garantir espaços de protagonismo para suas mulheres.

Diante disso, o Programa proposto apresenta caráter inovador e reparatório, ao direcionar ações de fortalecimento da autoestima, da identidade cultural e da autonomia econômica das mulheres negras. As oficinas de capoeira, samba de roda, percussão feminina, clubes de mães, produções audiovisuais e eventos culturais têm potencial de criar ambientes de resistência, aprendizado e geração de renda, transformando realidades locais.

Do ponto de vista pedagógico e comunitário, a iniciativa reconhece o papel da mulher como guardiã da ancestralidade e como elo fundamental na transmissão de valores culturais, na educação dos filhos e no fortalecimento dos vínculos sociais. O apoio a clubes de mães e a produções audiovisuais amplia a visibilidade da liderança feminina, promovendo narrativas positivas sobre a mulher negra e sua contribuição para a sociedade.

Do ponto de vista econômico, o Programa abre espaço para que mulheres periféricas e quilombolas desenvolvam atividades empreendedoras e culturais, fomentando a geração de renda, a economia solidária e a circulação de saberes e produtos ligados à identidade afro-brasileira.

Do ponto de vista social, a proposta atua como política pública de enfrentamento ao racismo estrutural, fortalecendo o protagonismo feminino e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e plural.

Além disso, o texto prevê a possibilidade de convênios e parcerias com entidades públicas e privadas, sociedade civil organizada e voluntariado, o que assegura maior capilaridade e sustentabilidade ao Programa, sem onerar exclusivamente os cofres públicos.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

Portanto, esta iniciativa não se restringe a ações culturais, mas se configura como uma política estratégica de inclusão, resistência e igualdade racial, de forma integrada e participativa, valorizando as vozes e corpos que historicamente foram silenciados.

Diante do exposto, apresenta-se esta proposição, com a convicção de que sua aprovação representará um marco no reconhecimento e valorização da mulher negra e da cultura afro-brasileira em Campo Largo, contribuindo para a construção de um município mais inclusivo, democrático e plural.

Por estas razões, espera-se de Vossa Excelência, pelos fundamentos alinhados, com a sujeição da matéria às comissões competentes, após ser ouvido o Plenário que, no final, seja aprovada a **INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI** em apreço.

Nestes termos

P. Deferimento

Campo Largo, 11 de setembro de 2025.

Victor Bini

Vereador